

SUBJETIVIDADE E TRABALHO EM UM EMPREENDIMENTO SOLIDÁRIO: UM CASO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Ataualpa Luiz de Oliveira¹

RESUMO: Este trabalho apresenta, de modo sucinto, um caso de extensão universitária em um empreendimento econômico solidário de produção artesanal, fruto da atuação/ investigação/intervenção junto a um grupo de artesãos em uma comunidade rural. Nesse sentido, objetivou-se trabalhar a subjetividade e a implicação individual no processo coletivo, como forma de subsidiar a emergência de sujeitos sociais, responsáveis e ativos, na dinâmica comunitária e coletiva. Utilizou-se o método da pesquisa-ação na construção de todo o processo coletivo. Observou-se, como pontos que sinalizam para uma proximidade de resultados, o início de uma maior participação de alguns indivíduos, que outrora se mostravam passivos ao processo. Ainda foi possível acompanhar processos de divergência *versus* convergência e conflitos *versus* conciliação entre membros do grupo. No trato do mutirão comunitário, percebeu-se um início de trabalho com grandes resultados e um declínio constante nas participações, até uma completa estagnação da execução da obra civil. Dentre os diversos aspectos observados, pode-se mencionar que alguns pontos se mostraram como positivos e outros sinais, por outro lado, merecem ser trabalhados, em um processo que deve ser contínuo em médio prazo.

UNITERMOS: Psicossociologia. Vínculo grupal. Economia solidária.

Subjectivity and job in a supportive enterprise: a case of university extension

ABSTRACT: This paper shows, in short way, a case of university extension in a supportive economic enterprise of production artisanal, result of the action/investigation/intervention together a group of craftsmen in a rural community. In this way, the objective has been work the subjectivity and the individual implication in the collective process, as way to subsidize the appearance of social subject, responsible and active, in the communitarian and collective dynamics. We used the method of action-research in the construction of the group process. As points that signal for proximity of results, the beginning of a bigger participation of some individuals, that before did not participate of the group process has been observed. Still, was possible to track processes of divergence *versus* convergence and conflicts *versus* agreement into the group. In the action of the collective job, a beginning with great resulted and a constant decline in the participation has been realized, until a complete interruption of the building. In the diverse observed aspects, some points shown as positive can be mentioned and in other side, some deserve to be worked, in a process that must be continued.

KEYWORDS: Psychosociology. Group bond. Supportive economy.

¹ Mestre em Administração pela Universidade Federal de Lavras, especialista em Gestão de Negócios em Contexto Empreendedor, psicólogo, atua na área de Gestão de Pessoas e Projetos no Terceiro Setor (ataualpa_luiz@yahoo.com.br).

INTRODUÇÃO

O envolvimento de grupos setoriais, de pares ou mesmo da implicação de comunidades no trabalho cooperativo, vem apresentando um crescimento, tanto nos números de projetos coletivos, quanto na participação dos indivíduos em ações coletivas. Assim, as práticas associativas da economia solidária, até há pouco tempo isoladas e dispersas, adquirem hoje maior visibilidade, organizam-se em redes, provocam mudanças e induzem transformações.

Poder contribuir para as discussões sobre significados, características, tendências e consequências das iniciativas da economia solidária significa, por um lado, conhecer as condições históricas e sociais nas quais esse universo de fenômenos se constitui, é discutido e é difundido e, por outro lado, significa apreender empírica e criticamente a dinâmica dessas práticas sociais (KEMP e OLIVEIRA, 2007).

Para discorrer sobre a temática proposta, tomou-se o processo de constituição e consolidação de um empreendimento econômico solidário, sendo o trabalho permeado pelas noções de vínculo grupal (ENRIQUEZ, 1994). Considerou-se que a utilização dessas noções poderia possibilitar uma abordagem psicossocial do fenômeno em questão, uma vez que permitiria tanto abordar o cotidiano, lugar em que ocorrem as ações e as interações, quanto abarcar discussões mais abrangentes sobre relações de poder econômico e poder social.

Nessa perspectiva, acredita-se que os empreendimentos da economia solidária encontram sua singularidade ao produzirem ações que se construam nos limites internos das organizações, mas que também os extrapolem, podendo provocar mudanças nos meios institucionais. Considera-se, ainda, que tais empreendimentos devam colocar-se na interface das esferas econômica, social e política, buscando articulá-las (LAVILLE, 1995).

Para além dessa intervenção e uma macro análise, envolvendo os aspectos econômicos, político e social, procurou-se observar, também, o cotidiano e a dinâmica interna de um empreendimento solidário, com o qual a universidade tem desenvolvido uma ação de investigação/intervenção², focando seus alcances e limites. Nesse sentido, elegeu-se a noção de vínculo de grupo, que diz respeito à ligação dos indivíduos em um projeto comum e coletivo, para dar conta dos elementos que estão em jogo na formação do grupo aqui estudado e na perenidade de sua ação.

Nessa direção, a comunidade rural de Cesar de Pina, no município de Tiradentes, Minas Gerais, foi palco da ação de pessoas que buscaram a constituição de um empreendimento de economia solidária, tendo como base de trabalho o artesanato manual de bordados e de cerâmica, processo que teve início com atividades no biênio 2002-2003. O projeto de investigação/intervenção no empreendimento tem como objetivos a produção de conhecimentos sobre o processo de constituição do grupo e o desenvolvimento de ações conjuntas, visando à emancipação social e econômica dos moradores dessa comunidade rural. Com isso, espera-se compreender os elementos do cotidiano de ações presentes nos processos de formação e manutenção do grupo.

² Acredita-se que a atuação no cunho da extensão universitária está pautada por uma investigação acerca de um problema ou situação a ser pesquisado, bem como a intervenção nesse contexto, pelo simples fato de trazer à tona questões e assuntos da investigação. Assim, a investigação/intervenção figura nas ações extensionistas.

Adotou-se uma metodologia de trabalho pautada pela “pesquisa-ação” (THIOLENT, 1986) e, por se tratar de uma investigação participante, espera-se contribuir para: a consolidação do empreendimento, a melhoria das condições de trabalho, a ampliação da renda dos envolvidos, um maior desenvolvimento da comunidade de modo geral. Nesse projeto, buscou-se contribuir com a implantação de um espaço coletivo de produção e comercialização, visando à ampliação da renda dos associados, a melhoria de suas condições de trabalho e a consolidação do empreendimento.

Assim, diante dos objetivos e da forma trabalhada na presente pesquisa-extensão, este trabalho foi estruturado de modo a apresentar contribuições, desafios e limites de um empreendimento solidário. Para tanto, além dessa breve introdução, o artigo conta, ainda, com mais seis partes. A seção seguinte apresenta uma contextualização do trabalho, bem como uma justificativa para sua execução. Na terceira parte, contextualiza-se brevemente a economia solidária. Na parte que se segue, ocorre um debate sobre os laços e os vínculos no trabalho da comunidade. A metodologia do presente trabalho é apresentada na seção cinco, sendo seguida dos resultados e discussões do trabalho até então realizados. Como parte final do texto, apresenta-se uma breve conclusão.

Contexto de trabalho, justificando a intervenção/investigação

O Projeto Linha e Barro foi desenvolvido envolvendo pessoas da comunidade rural de César de Pina, município de Tiradentes, Minas Gerais, distante 23 km da sede. Essa comunidade encontra-se separada, geograficamente, do município sede, pela Serra de São José, separação que contribui não apenas para seu isolamento físico, mas, também, colabora para seu isolamento social.

Mesmo pertencente ao município de Tiradentes, a comunidade rural de César de Pina encontra-se às margens das potencialidades turísticas do município sede, pois ações do poder público e do setor privado, constantes no município, não se refletem naquela comunidade, que não possui transporte coletivo regular e eficaz e as duas escolas municipais existentes no local atendem apenas aos alunos do primeiro segmento do ensino, tendo os demais que se deslocarem até o município mais próximo. As oportunidades de trabalho também são escassas, o que contribui para a marginalização dos moradores de Cesar de Pina. A fonte de renda decorre, principalmente, de trabalhos temporários decorrentes da época de plantio e colheita de pimenta e mexerica, plantações de pequenos sítios existentes na região.

Tendo em vista minimizar esses problemas, a comunidade recebe apoio materializado em projetos desenvolvidos pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), principal parceira no Projeto Clarear – uma Organização Não Governamental, com ações sociais voltadas para o atendimento a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social e para a escolarização de jovens e adultos. A parceria teve origem em 2001; e em 2002, a UFSJ ampliou as ações com o Clarear, consolidando sua participação, em 2004, por meio do Projeto de Formação Continuada de Educadores e Professores na Educação de Jovens e Adultos da Mesorregião do Campo das Vertentes, ao proporcionar orientação técnico-pedagógica para as atividades implementadas e desenvolvidas por educadores e voluntários responsáveis pela alfabetização/escolarização de pessoas jovens e adultas.

A partir de fevereiro de 2005, a comunidade passou a receber, também, o apoio da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/UFSJ, que, desde então, orienta e acompanha os trabalhos do grupo de artesanato em cerâmica e em bordados manuais, a fim de torná-lo mais autônomo, tanto do ponto de vista organizacional, como da preservação de sua identidade e da valorização de suas origens. Dessa forma, estreitaram-se os laços entre a comunidade e a UFSJ, no sentido de promover a organização do grupo de artesãos locais.

Ao se iniciar o projeto aqui apresentado, o grupo possuía 30 integrantes, homens e mulheres, divididos em dois grupos de trabalho: um com 12 artesãos, que se dedicavam à produção de artigos de cerâmica e outro, com 18 mulheres, que produziam bordados manuais, seguindo uma tradição familiar. Atualmente, o grupo é composto por 18 pessoas que atuam nas duas linhas de frente.

O surgimento do primeiro grupo de artesãos na comunidade se deu a partir de 2002, como resultado de um curso de produção artesanal de artefatos em cerâmica. Com a produção gerada a partir desse evento, o grupo dos artesãos pôde realizar exposições em Tiradentes e São João Del-Rey, o que levou a um reconhecimento pessoal e profissional dos artesãos.

Depois disso, um grupo de mulheres, entusiasmadas pelos resultados dos ceramistas, resolveu se unir em torno de outra atividade produtiva: o bordado manual elaborado com pontos tradicionalmente regionais, recuperando, assim, pontos antigos transmitidos de geração a geração. Uma vez a proposta tendo sido acolhida pela ITCP/UFSJ, o grupo de artesãs manifestou o desejo de retomada dos estudos, dadas as dificuldades enfrentadas devido ao baixo nível de escolarização entre as artesãs. A baixa escolaridade prejudicava as atividades de organização, capacitação gerencial e atividades financeiras e contábeis do grupo que pretendia se organizar, a partir daquele momento, em um projeto econômico-social coletivo.

Observou-se que a comunidade rural demonstrava potencial e capacidade relevantes para a implementação de ações voltadas para o desenvolvimento humano individual e coletivo, uma vez que possuía uma Associação de Moradores atuante, mesmo sem o reconhecimento do poder público. Tal fato parece estar ligado à localização geográfica e à distância da sede do município, o que faz com que os recursos e benefícios públicos não cheguem com frequência a essa comunidade.

Nos dias atuais, os artesãos da comunidade de César de Pina se encontram legalizados na forma de um empreendimento coletivo, mesmo sem possuir um espaço específico para a produção e a comercialização de seu produto, já que esse espaço encontra-se com as obras civis interrompidas, impedindo a divulgação e a venda dos produtos dos artesãos por eles próprios. A vinculação com os “atravessadores”, que compram a produção a preços irrisórios com o objetivo de revenda, provoca uma forte desvalorização da identidade e da cultura local, devido à falta de conhecimento das origens dos produtos e a pouca importância dada às questões envolvidas no processo de criação desses produtos.

A maior parte da produção artesanal é destinada às encomendas desses “atravessadores” que repassam o artesanato sem especificar a origem e nem mesmo a marca dos artesãos locais. Por outro lado, a comercialização em eventos e feiras, embora contribua para o desenvolvimento e o fortalecimento do grupo, não garante estabilidade na produção e nas vendas do artesanato, uma vez que é sazonal.

Assim, de modo sucinto, pôde-se apresentar uma breve contextualização da realidade na qual a presente investigação/intervenção esteve sendo executada.

Economia Solidária

Diante das transformações pelas quais passa o mundo do trabalho, a economia solidária vem se apresentando como uma possibilidade de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social e ainda, se configurando como possibilidade de melhoria na qualidade de vida de seus atores (SINGER, 2002; GAIGER, 2004).

Nesse movimento, a constituição de empreendimentos econômicos solidários tem buscado se pautar em princípios ideais que orientam a sua atuação (GAIGER, 2004). Essas práticas envolvendo relações econômicas e sociais geram oportunidade a pessoas que se encontram sem grandes chances no mercado formal de trabalho ou que foram afetadas pelo desemprego e não conseguem sua reinserção nesse mercado.

A economia solidária é vista por Singer (2002) como outro modo de produção, que tem como resultado a solidariedade e a igualdade, “cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, resultando dessa ação “a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Ainda na visão de Singer (2002), a economia solidária é uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social, aproveitando a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital, lançando assim, os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista.

Essas práticas que envolvem relações econômicas e sociais propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de pessoas que se encontram sem grandes chances no mercado formal de trabalho. Segundo Gaiger (1999), empreendimentos solidários têm em sua composição atividades de natureza lucrativas, que devem ser entendidas, não como maximização dos lucros, mas como rentabilidade necessária para autonomia financeira e garantia da sobrevivência do empreendimento.

Acredita-se que tal alternativa, empreendida por um número considerável de excluídos do mercado, deve ser tomada, principalmente, em sua função de incorporar uma parcela de trabalhadores, não cabendo a ela o papel de alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista (ANTUNES, 2000). Merece destaque, assim, a possibilidade que esses empreendimentos oferecem aos sujeitos envolvidos de se verem não como desempregados ou excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social.

Essa nova forma de organização, também denominada de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), possui características ideais, consideradas como significativas e passíveis de observação no contexto da economia solidária. Essas características podem ser demarcadas em torno de oito princípios, a saber: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, autosustentação,

desenvolvimento humano e responsabilidade social (GAIGER, 2004). É fato, que tais princípios não esgotam nem abordam todas as ações envolvidas no cotidiano desses empreendimentos, mas têm se apresentado como centrais nesse contexto, tendo ainda, como objetivo, delimitar ou pelo menos subsidiar a demarcação de um campo de atuação organizacional.

Em sua maioria, esses empreendimentos se apresentam a partir de ações locais e/ou micro-regionais, incitando a criação de novas formas de relações comunitárias, pautadas pela cooperação e pela solidariedade. Essa atuação pontual não deve ser entendida ou vista como restrita, pois, pela vinculação e atuação em redes, incremento de tecnologias e posicionamento no mercado, esses empreendimentos podem e devem se posicionar de modo a abarcar e ampliar sua área de atuação no mercado.

Por sua vez, na concepção de Mauss (2001), a ação social pode ser compreendida por meio da análise dos vínculos sociais que se estabelecem entre os indivíduos, especialmente, porque tais vínculos adquirem um caráter de aliança, que só podem ser gerados com a instauração da confiança e a partir de uma lógica guiada pela incondicionalidade, isto é, os vínculos apenas se estabelecem a partir do momento em que um é capaz de se abrir ao outro sem reservas. Somente após um mínimo de confiança instalado é que se torna possível desenvolver o campo da contratualidade e da condicionalidade. Nesse sentido, as ações sociais nos contextos mercadológico, estatal ou doméstico, assumem formas distintas entre si, sendo conduzidas conforme as especificidades de cada uma dessas esferas. O mesmo ocorre no espaço relativo à economia solidária - cujo sentido da ação corresponde à expectativa da reciprocidade - compreendida como um fenômeno que reveste diferentes formas de organização nas quais os cidadãos agem em conjunto, seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos.

Nesse contexto, aqui brevemente relatado, insere-se o grupo de artesãos da comunidade rural de César de Pina que, por meio do trabalho de base artesanal que une geração de renda, desenvolvimento local e o resgate de tradições e cultura, busca o fortalecimento e a manutenção de um empreendimento econômico solidário.

Por vínculos na comunidade

De forma geral, vincular-se significa estabelecer uma relação, um elo com algo ou alguém. Nessa perspectiva, podem-se ter relações formais e/ou informais, sendo os vínculos e seus formatos configurações pré-estabelecidas ou ainda acontecendo sem um prévio estabelecimento.

Para Pichon-Rivière (1988) o vínculo possui configuração e função específica, particular na relação entre indivíduos. Segundo o autor,

Vínculo é a estrutura especial onde entre um sujeito e um objeto existe uma relação particular, interpessoal, que inclui a relação do sujeito frente ao objeto e do objeto frente ao sujeito, cumprindo os dois uma determinada função (PICHON-RIVIÈRE, 1988, p. 128).

Compreende-se que é em torno do desenvolvimento de um projeto coletivo, de uma ação a ser efetivada compartilhadamente, que os indivíduos se associam e se mantêm em grupos. Para que um projeto coletivo seja realizado, é necessário que os membros do grupo partilhem não só racionalmente, mas afetivamente, um sistema de valores, ancorado em um imaginário social a partir do qual são construídas as representações que cada um tem de si e do outro e os ideais que desejam ver concretizados (ENRIQUEZ, 2001).

No vínculo encontram-se dois campos psicológicos: o interno, relacionado ao mundo intrapsíquico, às relações de objeto, estudado e compreendido em termos profundos pela psicanálise; e, o externo, relacionado ao mundo social, e explicitado pela noção de papel. Na teoria do vínculo de Pichon-Riviére estão incluídos sujeito e objeto, o campo de interação e a conduta, onde se apreende que objetos internalizados motivam as relações de papéis (PICHON-RIVIÈRE, 1988). Essas relações de papéis podem ser entendidas como sendo a função que os indivíduos assumem na interação com outros atores. Para Fernandez et al (2003), vínculo é a “estrutura relacional em que ocorre uma experiência emocional entre duas ou mais pessoas”. Assim, os vínculos podem ser compreendidos como relações afetivas e sociais que os indivíduos mantêm entre si e com o(s) outro(s).

Quando se fala em vínculos, também salta aos olhos o aspecto relacional, tanto na esfera interpessoal quanto grupal ou organizacional, bem como o caráter formativo, de constituição dos seres, grupos e organizações. Desse modo, Durand (2005) comenta que o vínculo dá contorno à transcrição psíquica das formas sociais, sendo ainda, o veículo por onde circula o conteúdo humano de uma relação social.

Carvalho (2005) propõe como conceituação de vínculo um padrão diferencial de interações entre parceiros em uma situação social, expressando seletividade em relação a certos parceiros ao longo de um período de tempo. Tal definição implica em dois aspectos relevantes no estabelecimento dos vínculos, a saber: seletividade e durabilidade. Ou seja, quais são os indivíduos aos quais os atores se vinculam? Como se dá tal escolha? E ainda, quanto tempo a relação estabelecida dura ou deve durar? A questão temporal está ligada diretamente aos objetivos da relação ou pode transcendê-la? Desse modo, pode-se dizer que o vínculo, persistente no tempo, favorece a continuidade das coisas socialmente construídas, que por sua vez favorecem o fortalecimento dos vínculos e possivelmente seu desdobramento em outras relações? Essas e outras questões figuram como pontos importantes no debate da constituição e manutenção dos vínculos.

E, nessa direção, o estudo de fenômenos psicossociais nos grupos pode ajudar a compreender como e por que os indivíduos que se unem em torno de um projeto comum, especificamente no contexto da economia solidária, esbarram em questões estruturantes que se configuram como um empecilho para a instalação e a perenidade da ação do grupo e de seu projeto comum. Os vínculos são constituídos pelas inter-relações entre os sujeitos, em sua dinâmica interna ou externa, ao mesmo tempo em que são constitutivos desses sujeitos e de suas inter-relações, Guareschi (1999) enfatiza a nomenclatura “relação” para dizer que “o ser humano é um ser que se constrói e se constitui a partir dos milhões de relações que ele estabelece com todos os seres existentes”. Ou seja, os vínculos devem ser entendidos como sendo as relações entre indivíduos e/ou organizações que influem e são influenciados na e pela dinâmica relacional.

A metodologia adotada

Tendo em vista, neste estudo de caso, a compreensão do processo e a possibilidade de contribuir para a consolidação de um empreendimento solidário, para a autonomia, emancipação social e econômica do grupo de artesãos, optou-se por utilizar pressupostos teórico-metodológicos sistematizados pela pesquisa-ação desenvolvida nos campos da educação popular, da sociologia (FREIRE, 1987, 1998; THOLLENT, 1986) e, também, dos conhecimentos sistematizados por pesquisas realizadas no campo do trabalho pela psicossociologia e pela psicologia social (ENRIQUEZ, 1994, 2001).

Considera-se que nos processos de constituição e de consolidação dos empreendimentos solidários, tomados em sua singularidade, devam-se conceber, no mesmo patamar e de forma articulada, as esferas econômica, social e política. Leva-se, ainda, em conta que, nesses empreendimentos, as atividades econômicas passam a ser suporte de algo essencial para a vida dos excluídos: a participação efetiva, a criação dos vínculos grupais (KEMP, 2001).

Nesse sentido, tomam-se para investigação/intervenção as práticas cotidianas de trabalho, compreendidas como fenômenos psicossociais. Busca-se, também, elaborar conjuntamente com os artesãos um saber relacionado à nova forma de organização do trabalho e ao desenvolvimento de uma identidade coletiva que se pretende emancipada e emancipadora.

Desse modo, o trabalho de acompanhamento do cotidiano de ação dos indivíduos fornece elementos que auxiliam tanto a construção de conhecimento técnico, como a elucidação do conhecimento prático, gerando, ainda, um processo de implicação dos envolvidos junto aos objetivos propostos.

A intenção desse acompanhamento e da reflexão da prática cotidiana do grupo é propiciar a compreensão, por parte dos artesãos, do fenômeno psicossocial e a qualificação técnica dos mesmos para que, assim, possam assumir de forma autônoma o empreendimento solidário a que se propõem. Para a equipe de pesquisadores, esse acompanhamento é um importante instrumento de análise do cotidiano que, ao ser sistematizado, é discutido em reuniões semanais e transformado em momento de avaliação e planejamento de novas ações.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto vem desenvolvendo, desde sua fase inicial, a idéia de organização social, partindo de uma metodologia participativa e tendo como pressuposto e ferramenta de trabalho a “pesquisa-ação”. Sendo assim, a realidade social é vista como multidimensional e como processo de mudança social, envolvendo compromisso tanto do grupo pesquisado quanto dos próprios pesquisadores.

Para isso, foram desenvolvidas ações com a equipe de alunos do curso de Psicologia da Universidade Federal de São João Del-Rey – UFSJ, visando orientação técnica em trabalhos comunitários, o planejamento das ações e o desenvolvimento social, econômico, cultural e político. Também foram oferecidos cursos de capacitação aos artesãos, voltados tanto para a produção como para a autogestão do grupo.

Nos primeiros meses de funcionamento do projeto, os apoiadores envolvidos, baseados no cotidiano de trabalho e nas relações sociais desenvolvidas no grupo, propuseram-se a auxiliar e acompanhar a elaboração do estatuto e do regimento do empreendimento, bem como realizar o registro da produção individual e planejar a organização coletiva. É importante destacar que a natureza jurídica do empreendimento foi decisão dos membros do grupo, à qual foi debatida em encontros semanais até se decidir pela constituição de uma associação de artesãos. A intenção desse acompanhamento foi propiciar a qualificação dos participantes para que possam vir a assumir de forma autônoma o empreendimento solidário a que se propõem.

Em paralelo às ações voltadas para aspectos organizacionais e administrativos aos quais os indivíduos deverão enfrentar futuramente, o grupo de artesãos, por meio de um financiamento a fundo perdido, iniciou a construção de um espaço físico coletivo para produção e comercialização de seus produtos. Como esse financiamento propiciou apenas a aquisição de materiais para execução da obra civil e não o pagamento total de honorários para a mão-de-obra especializada, o grupo adotou o modelo de mutirão para a construção de tal espaço.

A construção do espaço físico iniciou-se em janeiro de 2008 com auxílio do poder público, que cedeu infraestrutura para a preparação do terreno, realizada por meio de mutirão solidário, que contou com a mão-de-obra dos artesãos e de seus familiares e amigos. Importante destacar que a organização e a gestão da ação decorreram dos próprios artesãos de forma autônoma e participativa.

O apoio do poder público municipal veio por meio do serviço de terraplanagem, da legalização da planta e futura urbanização do terreno. Vale ressaltar que o apoio do poder público só aconteceu devido à mobilização dos próprios artesãos que articularam essa parceria com autoridades públicas municipais.

Apesar do apoio conseguido, a conclusão da obra ainda não foi efetivada. Segundo os próprios artesãos, a falta de comprometimento de alguns membros parece ter “minado” o trabalho coletivo de execução da obra, ou seja, o trabalho que se iniciou com características de mutirão coletivo tomou proporções de isolamento na sua execução, a cargo de alguns integrantes do grupo, o que acarretou a paralisação da obra. Sobre esse fato, especificamente, vários foram os questionamentos, o principal deles foi refletir sobre que teria levado os artesãos participantes da associação recém constituída a diminuírem sua participação no mutirão comunitário que tinha por objetivo fornecer um espaço efetivo para a busca por sua maior independência?

Para além da obra civil, diversas atividades foram desenvolvidas na comunidade, buscando o fortalecimento do grupo, maior visibilidade e reconhecimento do projeto e participação dos pares comunitários. Outra atividade ocorrida no primeiro semestre de execução do projeto foi a realização de um encontro com familiares dos artesãos. Esse momento tinha por objetivo enfatizar a importância do trabalho desenvolvido pelo grupo, bem como sua repercussão junto à comunidade. Buscou-se também uma maior valorização da atividade desenvolvida como fonte de trabalho e renda para os envolvidos. Essa atividade, segundo o relato de vários integrantes do grupo, mostrou-se muito positiva, pois ofereceu uma oportunidade de conversar sobre assuntos do mundo do trabalho, os quais, segundo eles, não ocorria com frequência em suas vidas.

Como grande ganho, no aspecto da formação da equipe, percebeu-se que a interação e o contato no cotidiano de vida e de trabalho com o grupo de artesão proporcionaram, além da possibilidade de articular a teoria com a prática, a informação e formação pessoal e profissional dos mesmos. A relação interpessoal entre os integrantes do grupo de apoiadores, professores, pesquisadores, técnicos e alunos com a comunidade se fortaleceu, com benefício a todos, à medida da execução do projeto. Acredita-se que tal interação esteve na ordem de um processo educativo capaz de trazer à tona a implicação buscada durante todo o processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pôde oferecer ao grupo de artesãos momentos de reflexão acerca da responsabilidade de cada membro na dinâmica grupal, para que o grupo buscasse empreender uma nova forma de organização mais propícia às reflexões e à participação. Ainda que todo o processo pareça não ter sido efetivado, visualizam-se indícios de implicação individual na nova dinâmica coletiva/cooperativa.

Avaliando-se os resultados alcançados com essa primeira etapa do trabalho, é importante não se perder de vista a idéia de que “o resultado esperado não é um conteúdo e sim um processo” (AFONSO, 2006); processo estimulado e construído na proporção em que seus membros consolidam as relações que o vinculam.

Nesse sentido, observou-se que o grupo de artesãos passou por momentos de conflitos e divergências com relação a assuntos relativos à construção de um projeto comum, coletivo e comunitário, o que pode ter influenciado em diversos aspectos do processo grupal, como por exemplo, na redução do número de membros, na mobilização para o mutirão da construção da loja/sede, entre outros.

Por outro lado, pôde-se verificar uma maior participação de artesãos, que não participavam ativamente da equipe e que passaram, então, a assumir uma posição mais ativa, com falas e intervenções antes impensáveis.

Este fato parece sinalizar para uma maior participação dos artesãos em ações coletivas, possivelmente, fruto do processo reflexivo, que se dá no ir e vir do cotidiano e na continuidade de um trabalho.

Os pontos acima citados são apenas alguns indicadores de que o processo apenas foi iniciado, mas existe a necessidade de um trabalho contínuo que leve os membros dessa comunidade a se perceberem como sujeitos sociais de direito.

Merece destaque, ainda, nesse tipo de ação, a difícil tarefa de se reestruturar um processo de trabalho, que histórica e culturalmente é embasado em aspectos individuais e de competição, para um novo formato, em que o bem-estar social do grupo e da comunidade deve ser o norte de toda a nova atuação dos membros envolvidos no processo de articulação coletiva.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, M. L. M., **Oficina de dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Belo Horizonte: Casa do Psicólogo, 2006, 157 p.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000. 258 p.
- CARVALHO, A. M. A. Vínculos e redes sociais de crianças em grupos de brinquedo. In: IV Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. 4., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005, 1 CD.
- DURAND, M., **O medo e os vínculos sociais no Brasil**. 2005. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- ENRIQUEZ, E. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1994. 198 p.
- _____. O vínculo grupal. In: LEVY, A. et al. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 61-74.
- FERNANDEZ, W. J.; SVARTMAN, B.; FERNANDEZ, B. S. (Org.). **Grupos e configurações vinculares**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 232 p.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 184 p.
- _____. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1988. 165 p.
- GAIGER, L. et al. A economia solidária no Rio Grande do Sul: viabilidade e perspectivas. **Cadernos CEDOPE**, n. 15, 1999 (Série Movimentos Sociais e Culturais).
- _____. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. 414 p.
- GUARESCHI, P. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 78-97.
- KEMP, V. H. **Práticas associativas da economia solidária e laço social**. 2001. 249 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.
- KEMP, V. H.; OLIVEIRA, A. L. Inserção subjetiva em um empreendimento solidário. In: ABREU, J. C. (Org.). **Cooperativismo e redes solidárias**. São Paulo: All Print, 2007. p. 104-120.
- LAVILLE, J. L. Économie solidaire, économie sociale et état social. In: KLEIN, J. L.; LÈVESQUE, B. (Org.). **Contre l'exclusion: repenser l'économie**. Montreal: Press de l'Université du Québec, 1995. p. 134-167.
- MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001. 199 p.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988. 198 p.

SINGER, P., A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 209-243.

THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1986. 108 p.

Submetido em 17 de junho de 2009

Aprovado em 23 de julho de 2009